

Primeiro Janeiro

12-05-2011

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 20200

Temática: Justiça

Dimensão: 376

Imagem: S/Cor

Página (s): 6

Juizes e magistrados querem melhorar a Justiça para que economia evolua

Disponíveis para ajudar

Juizes e magistrados encontraram-se com o Presidente da República e apresentaram propostas para melhorar a Justiça e a economia.

Os juizes estão disponíveis para trabalhar e contribuir para a concretização das medidas acordadas com a «troika» e defendem que o País deve aproveitar esta oportunidade para fazer **“uma efetiva reforma da Justiça”**.

A Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP) foi ontem recebida pelo Presidente da República, em Belém, numa reunião em que o assunto dominante foi a preocupação acerca do modo como pode ser melhorado o funcionamento da Justiça para que esta contribua para um melhor funcionamento da economia.

No final do encontro com Cavaco Silva, o presidente da ASJP, António Martins, disse que a associação está a analisar o memorando de entendimento entre o Governo e a «troika» para **“ver de que forma pode contribuir para a concretização das medidas”**.

Por outro lado, a ASJP poderá apresentar outras propostas relacionadas com a capacidade do sistema de Justiça poder **“funcionar em tempo útil e adequado”** para que os



Cavaco Silva. Presidente da República recebeu juizes e magistrados

cidadãos e as empresas encontrem na Justiça **“um fator, não de bloqueio às suas atividades, mas que permita que a economia funcione efetivamente melhor”**.

Também os magistrados do Ministério Público entregaram ontem ao Presidente da República 50 propostas para a Justiça, que apontam para poupança de recursos e pretendem complementar as medidas acordadas com a «troika» da ajuda externa.

O dirigente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) considerou que o quadro

traçado pela «troika» para o setor **“é incompleto”** e com uma visão **“muito económica”** sobre a reforma da Justiça, mas as propostas que apresentaram **“não contrariam, mas complementam”** as medidas previstas.

Entretanto, na Maia, o bastonário da Ordem dos Advogados concordou ontem que as medidas propostas para a Justiça, no âmbito da ajuda externa a Portugal, são ditadas por **“razões economicistas”** e não por valores como **“a cidadania e os direitos humanos”**.

Marinho Pinto considerou que a

Justiça **“entrou em conflito aberto com o desenvolvimento”**, considerando-a **“um fator de bloqueio e paralisação da atividade económica”**.

“As empresas não conseguem cobrar os seus créditos em tribunal”, exemplificou o bastonário.

Por outro lado, Marinho Pinto recordou que há problemas que se prendem com a cidadania, porque **“a Justiça enquistou-se”**.

“Os negociadores da «troika» (União Europeia, Banco Central Europeu e FMI) não tiveram e não têm” em conta essa dimensão específica, completou.